
ACTAS

Ata 9

Ao décimo quarto dia do mês de abril de dois mil e quinze, reuniu-se pelas 21 horas, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, nas instalações da Junta, sita à Rua do Campo Alegre, 244.

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Eduardo Vasques de Carvalho, deu início à reunião pelas 21h, estando presentes:

- Ana Luísa Pinto de Sá do Nascimento Castro (RM)
- Carlos Miguel Ginja Barbosa (RM)
- Mário José Machado de Faria e Almeida Praça (RM)
- António José Rodrigues Moutinho Cardoso (RM)
- Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso (RM)
- Cláudia Isabel Vergueiro Fernandes Costa Branco Teixeira (RM)
- Arnaldo Dias de Andrade (RM)
- Ana Elisa de Sousa Almeida (PS)
- Jorge Raul da Purificação Rodrigues da Cunha (PS)
- Adriana Patrícia Pacheco da Silva (PS)
- Manuel de Jesus Carvalho (PS)
- Luís Miguel Bonifácio Osório (PSD)
- Luís Filipe Carvalho Pereira Peixoto (PSD)
- Maria Dulce Enes Guimarães Flores dos Santos (PSD)
- Francisco José Fonseca Lima Andrade Tártaro (PSD)
- Perfeito de Jesus Monteiro (CDU)
- Casimiro António Valente Calisto (CDU)
- Susana Salbany Constante Pereira (BE)

Foi apresentado os seguintes pedidos de substituição:

- Marco Régis La Comblez Leitão (PS) – substituído por Ana Elisa de Sousa Almeida;
- Gabriela Loureiro Queiróz (PSD) – substituída por Francisco José Fonseca Lima Andrade Tártaro;

Presenças associativas:

Associação de Moradores Bairro Pinheiro Torres
Associação de Moradores Bairro da Mouteira
Associação Doentes Renais Norte Portugal



António Pereira – Lembrou ao Executivo da discriminação a beira-rio, pois no ano passado aconteceu com as festas populares e outros atos que a Junta realizou. Este ano continuam a não ter qualquer informação - Passeio Amendoeiras em Flor -, informação da realização das Assembleias de Freguesia e assim sucessivamente. Antigamente havia várias colectividades, mas agora não há e a Junta tem conhecimento disso e por isso acho que deveriam fazer um protocolo com os comerciantes da freguesia para que saibam todas as iniciativas da Junta.

José Macedo – falar sobre a habitação do Bairro do Bom Sucesso e sobre algumas pessoas a nomear gestores para o Bairro e essas pessoas podem ser sérias ou podem não ser. Os moradores deste Bairro estão com medo do que a Câmara poderá fazer, pois estão a tirar tudo das zonas comuns. A Junta deveria dar uma resposta através da Câmara Municipal do Porto, das intenções dos ferros que foram colocados nas varandas e se estes são para marquises.

Intervenção dos partidos políticos:

Perfeito Monteiro, CDU, para apresentar uma proposta de deliberação "Sobre a inspecção à anterior Junta de Freguesia de Massarelos".

Cláudia Teixeira (RM), para responder a deliberação apresentada pela CDU, fazendo uma pequena correcção porque na realidade a solicitação que foi feita não foi exactamente por suspeitas de irregularidades, mas sim devido a situação financeira encontrada nesta Junta. Gostaria de dizer que ninguém mais que o actual Executivo e o anterior da bancada do PSD, tem interesse em saber o que se passou durante este tempo na Junta de Freguesia. Por aquilo que observo na deliberação a Inspeção Geral das Finanças garantiu que até 20 de fevereiro tinha respondido, o que obviamente não é verdade, pois se assim tivesse acontecido, estaria a Sr^a Presidente a dar conhecimento a todos da informação resultante desta inspecção. Assim que houver algum tipo de informação relevante, esta Assembleia será a primeira a saber. Esta deliberação é no sentido de incumbir o Sr. Presidente da Assembleia a procurar junto das entidades competentes, informação sobre o resultado da referida inspecção. Esta deliberação não deverá ir para a frente e não deverá ser alvo de um voto a favor.

Casimiro Calisto, CDU, disse achar estranho o argumento apresentado pela deputada Cláudia Teixeira em relação ao Sr. Presidente da Assembleia não poder pedir uma informação a quem de direito. Disse ainda que é público, veio no Jornal O Público do dia 31 de março conforme publicação, que a IGF em 20 de Fevereiro já deu respostas. Referiu que apenas se pede para o Sr. Presidente ir junto de quem de direito e perguntar se já há resposta e se veio para a Junta atendendo que já foi enviado aos Deputados do Partido Comunista que o pediram na Assembleia.

Perfeito Monteiro, CDU, disse ser uma total surpresa uma Deputada vir dizer a uma Assembleia que os Deputados não podem recorrer ao Sr. Presidente para diligenciar, fazer todas as diligências, quer sejam estas ou outras, para que esta Assembleia possa ser esclarecida seja do que for. Disse ainda que a CDU tinha toda a legitimidade para

ACTAS

pedir esta diligência do Sr. Presidente e embora ele não se tenha pronunciado, julga que não vai recusar colaborar neste esclarecimento pedido pela CDU. Referiu ainda que esta proposta de deliberação pretende efectivamente saber o que se passa na Junta de Freguesia ou o que se passou. Classificou a intervenção da deputada Cláudia Teixeira de muito pouco democrática.

Luís Osório, PSD, o PSD é um partido muito grande, com coisas boas e outras menos boas e felizmente temos pessoas que quando as coisas correm menos bem, solicitam as entidades a averiguação e portanto não precisamos de qualquer tipo de recomendação. Em relação a este assunto sugeriu a Presidente da Junta para o esclarecer porque é mais simples, pois começamos pelo fim a dizer que estamos num período de resposta e quais respostas, não sabemos. Sabemos que há um processo a decorrer e o que se pretende é saber se há esclarecimentos a dar. A Junta será a primeira interessada em esclarecer os presentes e todos os cidadãos aqui presentes.

Susana Salbany, BE, os processos jurídicos são muito morosas neste país e devemos pugnar pela sua transparência e esta proposta de deliberação faz sentido para que todos e as pessoas da comunidade, possam conhecer o ponto da situação, pois já passaram alguns anos. Esta Assembleia não pode de todo ser conivente com qualquer tipo de morosidade acrescida em prestar contas a população e deverá haver uma Assembleia para que a população possa colocar questões.

António Moutinho, RM, quero fazer uma declaração de interesses. Eu pertença a um movimento de pessoas livres, livres de amarras e que pugnam por um manifesto em que a transparência de todos os atos públicos deve nortear os nossos atos. Podia referir o que consta do nosso manifesto eleitoral, em relação à governância. Nós não obedecemos a logicas partidárias de grupos e eu não me revejo em partidos que todos têm que obedecer a uma estratégia. Quando aceitei apoiar Rui Moreira, foi para cortar com todo um passado de uma política que é assente na falta de transparência e práticas pouco claras. Queria solicitar a Presidente da Junta porque motivos alheios a sua vontade, não me enviou os documentos solicitados e que nomeadamente se referem a este ponto. Nomeadamente no dia 24 de fevereiro solicitei cópias de todas as diligências feitas pelo executivo, no sentido de apurar as responsabilidades, quer a demora da não saída do relatório da auditoria pedido pelo anterior executivo da Junta de Freguesia de Massarelos. A Assembleia de Freguesia, é a entidade fiscalizadora do executivo e é isso que nos compete e o pedido foi feito ao Sr. Presidente da Mesa e que transmitiu a Presidente da Junta. A Lei da Tutela Administrativa, é muito clara em relação a não entrega dos documentos nos prazos pedidos e é a minha honra que está em causa e não posso ficar calado quando tenho conhecimento de irregularidades. Vou votar favoravelmente esta moção porque sou uma pessoa livre, não estou agarrado a interesses partidários, nem me preocupa nenhum posto de trabalho, não sou político-dependente. Todo o nosso mandato está a ser influenciado por esta desastrosa situação da Junta de Massarelos. Todos os meses aparecem, apareceram no ano transacto, sempre dívidas e mais dívidas. É uma tristeza pegar num relatório de contas e o nível de investimento ser de apenas 8000 euros. E depois vejo outras freguesias



como Paranhos que arranjam não sei de onde como por exemplo para o crematório 275.000 euros. Portanto vou votar a favor. Acho que cada qual decide como melhor entender. É a transparência acima de tudo.

Manuel Carvalho, PS, o partido socialista está em consonância com os colegas de coligação do RM e nós também defendemos uma total transparência. Foi já aqui informado pelos representantes da Sr^a Presidente da Junta e se houvesse alguma coisa de novo, a Presidente da Junta seria a primeira pessoa a comunicar, porque é frontal, honesta, séria, correcta e por isso desvalorizamos esta deliberação da CDU, mas iremos votar contra, porque entendemos que quando houver coisa concretas a Sr^a Presidente e o seu executivo trás a esta Assembleia de Freguesia para esclarecer o que houver para esclarecer. O Partido socialista irá rejeitar a deliberação da CDU.

Cláudia Teixeira, RM, principalmente para responder aos deputados da CDU que entenderam mal as minhas palavras e o que queria dizer e volto a dizer é que não há qualquer tipo de falta de transparência neste processo; não houve e tenho pena que a Sr^a Presidente tenha sido posta em causa e informo que não houve no ofício enviado não há as palavras de suspeita de irregularidades. O que importa é saber o que se pretende do Sr. Presidente da Assembleia e parece-me que neste momento não é o "timing" adequado, pois estamos num processo administrativo, num tempo de resposta, isto é quando é dada a uma Junta ou a uma pessoa um determinado tempo, são vinte ou trinta dias para se pronunciar sobre uma determinada situação. Estando o processo a decorrer, como é o caso, não me parece que seja o momento ideal para questionar seja quem for, nomeadamente por um órgão desta Assembleia relativamente ao processo. Os senhores certamente também não pressionam o Tribunal, nem mandam ninguém questionar o Tribunal em que fase processual está. Espero que os colegas do PCP tenham ficado devidamente esclarecidos.

Casimiro Calisto, CDU, disse que obviamente que não tinha ficado nada esclarecido. Disse que todos ouviram a leitura que o seu colega de bancada tinha feito e fez questão de novamente ler. O que nós pretendíamos deliberar: incumbir o Sr. Presidente desta Assembleia de procurar junto das entidades competentes informação sobre o resultado da referida inspecção, ou seja era o Sr. Presidente dirigir-se a quem de direlto e fazer as perguntas necessárias. As respostas poderiam ser precisas, ou podiam dizer que ainda não se chegou a conclusão nenhuma. Rematou dizendo que as pessoas já perceberam o que está em causa e as diferentes posições e cada um é livre de votar como entender.

Sofia Maia, Presidente da Junta, esperei até ao fim das intervenções e quem está a pouco na política devia se informar mais e há duas situações que me deixam incomodada como pessoa: Deputado Perfeito conhece-se a muitos anos e pode dizer quem foi a pessoa e o executivo do qual estão aqui todos presentes e da qual tenho a carta a pedir a inspecção a 10 de agosto de 2011, eu. Dr. Filipe Peixoto, Eng. Mimosa Pinho, Dr^a Maria João Nunes e Sr. Miguel Ginja, quem foram as pessoas que trouxeram aqui a transparência a esta Junta, fomos nós os cinco. Fizemos um pedido de inspecção a esta Junta, algo que nunca tinha sido feito, Junta essa que entre 2005 e 2009 quando houve os problemas era realmente PSD/CDS/CDU, do qual eu também

ACTAS

fazia parte do PSD no mandato a seguir e o qual tenho muito gosto em ter feito para do PSD, estando agora como independente, por isso Deputados Perfeito e Calisto que não me conhecia, mas o Deputado Perfeito sabe muito bem e chegou aqui nesta Assembleia a dar-me os parabéns pela transparência, por isso fico muito triste que ao fim de um ano venha dizer completamente o contrário. Se há pessoa que trouxe aqui transparência a esta Assembleia fui eu, por isso não admito que haja mudanças de opiniões, fui eu que trouxe a inspeção, fui eu que mandei para o Tribunal de Contas uma ata com todas as dívidas. Em relação ao relatório fiquei lisonjeada pois houve imensa pressão para se saber o seu resultado, que até me sinto uma pessoa importante. Eu recebi em 1 de abril de 2015 a inspeção ordinária, ou seja em projecto de relatório, isto quer dizer que tenho um projecto de relatório da inspeção da auditoria a extinta Junta de Freguesia de Massarelos, do qual eu e os meus colegas estamos a tratar do contraditório e do qual estão aqui terceiras pessoas incluídas. Não tenho de trazer a esta Assembleia o projecto de relatório, ou só tenho de trazer e é minha obrigação perante a Lei o relatório definitivo da inspeção, portanto o que está em meu poder é projecto de relatório da inspeção ordinária da Freguesia de Massarelos, recebida a 1 de abril de 2015, do qual irei fazer o relatório e que fique bem gravado, trarei aqui na Assembleia a seguir o relatório definitivo. Estarei aqui para me defender, se houver alguma coisa a defender e também para questionar algumas pessoas.

Deputado António Cardoso, compreendi algumas palavras porque nunca estive na política e eu e os meus colegas merecíamos os parabéns, porque em 2011 quando assumi a presidência da Junta, tínhamos um valor de dívida muito grande e eu, os meus colegas do executivo e alguns colaboradores aqui presentes conseguimos segurar postos de trabalho, nada faltasse aos equipamentos. É política, tive de fazer gestão, mas conforme disse o que eu trouxe foi dignidade aos dinheiros públicos, que foi isso que o Sr. Defendeu, compreendo pois não conhecia a situação e estarei sempre disponível para lha dar conta da situação dos anos anteriores e irá ver a transparência que eu e os meus colegas trouxemos e certamente irá mudar de opinião.

Luís Osório, PSD, estava em pleno acordo com a moção da CDU, porque nunca é demais pedir documentos e fiquei esclarecido agora com a intervenção da Srª Presidente sobre o ponto da situação e não sei se há mais algum documento que se possa pedir nesta fase e não sei se fará sentido pedir ao Presidente da Assembleia, outros documentos tendo em conta que me sinto esclarecido. Em relação ao que foi desabafado acerca do que são os partidos e os não partidos, permita-me que não resista fazer dois comentários, eu acho que o que faz as pessoas serem livres ou não, não é serem de partidos ou não, é o seu carácter, eu há muitos anos que sou de um partido e nunca estive agarrado a amarras nem a nada que tenha ver com isso. Se calhar isso distingue-me de algumas pessoas que não estão nos partidos, mas isso cada um sabe de si e a vida é mesmo assim e não deixo de achar piada que no meio de tantas juntas de independentes a única que citou foi a de Paranhos, é giro (risos) Muito obrigado.



António Moutinho, RM, tenho aqui o código de procedimento administrativo e o direito a informação, excepto em documentos classificados, nós temos direito a pedir toda a informação de como está a decorrer o processo, artigo 62, 63 e 64. Para não que restem dúvidas, não estamos a sobrepor a qualquer relatório final e eu sou novato nisto das Juntas, como é que eu posso aferir se estamos a trabalhar bem, é ver o exemplo de outros e de facto Paranhos está a fazer um bom trabalho e tem uma certa transparência, mas não é só, Loures, podia citar muitos casos. Nós temos que ser imaginativos para cumprir a nossa função de dar apoio as populações que bem necessitam, nomeadamente na função social da Junta.

Perfeito Monteiro, CDU, disse sobre a atitude do grupo político RM não estranhar que seja tomada desta forma, mas do Partido Socialista fica completamente apreensivo. Porque sobre esta matéria o Partido Socialista podia ter-se documentado antes de vir para esta Assembleia. E disse, aquilo que eu quero dizer Deputado Manuel de Carvalho e sobre a mesma matéria não foram levantados novos problemas. Eles são os mesmos e como tal até trouxe algumas notícias de jornais para o recordar do seguinte: Manuel Pizarro na altura em que se levantou este problema fez uma conferência de imprensa e disse que os socialistas adiantam que a verdadeira dimensão do problema está por esclarecer e acusam os responsáveis da Junta, de não prestarem explicações. E como esta há outras. O Sr. Deputado não pode entrar em contradição, ou tem uma posição ou tem outra. O timing que foi encontrado é na altura que nós entendemos que este assunto devia vir novamente a Assembleia de Freguesia. Penso que a Sr^a Deputada que falou em primeiro lugar do grupo RM, não teve possibilidade de ter acesso ao documento que foi entregue pela Sr^a Presidente, em determinado tempo a todos os deputados da Assembleia de Freguesia, onde se dizia quais foram as razões que a levaram a pedir esta auditoria. Se o tivesse lido não argumentaria da forma como argumentou e teria uma opinião totalmente diferente. O que ressalta nesta Assembleia, da parte do RM podemos concluir o seguinte: o Porto o nosso partido, um Porto que não quer saber as verdades, não quer apurar tudo até a última informação para todos saberem o que se passou. Se o Rui Moreira diz que temos de fazer contas a moda do Porto, então isto são contas a moda de Massarelos.

Sofia Maia, Presidente da Junta, em resposta ao Sr. Perfeito, informa que o pedido que foi feito por nós, que foi feito por vocês, a inspecção tem três fases e passo a explicar, pois também tive de perguntar a IGF; foi feito um pedido de inspecção, nós recebemos um projecto de relatório o qual está comigo e com as partes a quem de direito, as partes que foram notificadas e nós agora temos, salvo erro, trinta dias para fazer o contraditório, explicando melhor para fazer algumas observações que eles possam achar que não estão correctas e nós justifiquemos e estejam correctas. Depois de ser apresentado o contraditório, os auditores irão novamente analisar as nossas respostas, irão ver se nós respondemos as observações bem ou mal e depois é que vem um relatório definitivo a dizer se nós cometemos alguma irregularidade. Esse relatório é que é obrigatório trazer e entregar a todos os Membros da Assembleia de Freguesia. Isto é o projecto de relatório e estamos a fazer o contraditório, por isso nem sequer os inspectores podem fornecer dados enquanto nós não fizermos o contraditório.



ACTAS

Casimiro Calisto, CDU, disse que se a bancada RM ou a Sr^a Presidente tivessem dito logo de início que existia um relatório mas que era confidencial, tinha ficado tudo bem. Lembrou que ninguém está a desconfiar de ninguém e como à CDU interessa a verdade vai proceder à retirada desta proposta de deliberação.

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, a CDU retira a proposta (inspecção à anterior Junta de Freguesia de Massarelos) e com o que foi dito nesta Assembleia acerca desta proposta, amanhã estava a responder precisamente isto que foi dito nesta sessão.

Sofia Maia, Presidente da Junta, Deputado Calisto agradeço a sua proposta mas quero ver perante esta Assembleia, eu vinha preparada para vos dar essa informação. Mas a partir do momento em que recebo o projecto de relatório é minha obrigação, informar a Assembleia, só não tenho de vos dar a documentação. Mesmo sem a vossa proposta eu ia dar essa informação no meu tempo.

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, a proposta da CDU foi retirada e vou dar mais tempo para serem aprovadas as outras moções.

Susana Salbany, BE, apresentar duas moções e começo pela Moção "Contra a austeridade, pelas conquistas de Abril" - empobrecimento cada vez maior e manifestar a sua oposição às políticas de austeridade que condenam a população de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Luís Osório, PSD, os dados são reais, as dificuldades existem e há muito tempo. Eu não voto aqui, melhor não discuto políticas nacionais. Vamos votar contar, não contra as celebrações de Abril, não contra tudo o que foi descrito, mas contra o princípio inerente da moção.

Mário Praça (RM), em seguimento das palavras do Deputado Osório quer o fez bem, tenho algumas dúvidas quantos aos números e agradecia o envio desses números e de onde retirou essa informação.

Susana Salbany, BE, quantos aos dados são do relatório da Segurança Social e dos dados do Instituto de Estatística, posso enviar se assim o entender.+

Foi colocada a votação a Moção do BE - "Contra a austeridade, pelas conquistas de Abril"

Moção rejeitada:

Favor – 4 (BE- 1; CDU – 2; PS – 1)

Contra – 15 (PS – 3; RM – 8; PSD - 4)

Abstenções – 0



Susana Salbany, BE, apresentar a segunda moção "Solidariedade com os trabalhadores da AXA"

Cláudia Teixeira, RM, no que respeita a esta moção parece algo excessivo trazer a uma Assembleia de Freguesia, uma questão que se prende basicamente com políticas e vidas de uma empresa, a qual a Junta de Freguesia é alheia. Ninguém nesta sala é mais solidária com estes trabalhadores do que eu, porque eu sou trabalhadora da AXA, presto serviços. Esta Assembleia não tem de se pronunciar sobre questões internas de uma empresa.

Casimiro Calisto, CDU, disse que esta Assembleia não para de o surpreender. Quando há um despedimento colectivo numa empresa situada na Freguesia, dizer-se que esta Assembleia não se pode pronunciar é um absurdo. O que disse o Deputado António Cardoso faz sentido, porque as pessoas têm conflitos de interesses. Preocupa-me o problema da AXA, da Cofanor de Lordelo, despedimentos colectivos e temos de nos pronunciar a favor da solidariedade das pessoas que vão ser despedidas. Disse ainda que somos deputados, não para jogos florais, mas defendermos os fregueses e a freguesia.

Miguel Ginja, RM, declaração de voto para prestar a minha solidariedade aos funcionários da AXA, porque eu sou também um funcionário de uma Companhia de Seguros e o meu voto para esta moção vai ser de abstenção.

Francisco Tártaro, PSD, também sou profissional de seguros, não sou funcionário da AXA, mas sou também dirigente sindical e em todo este processo que começou uma semana atrás, os sindicatos têm vindo a acompanhar o processo e a comissão de trabalhadores também. Este processo está a decorrer e neste momento é prematuro misturar posições político partidárias, pois não é altura certa. Vou votar contra.

Susana Salbany, BE, preocupa-me questões técnicas que não fazem avançar e esta moção não pretende que esta Assembleia de Freguesia represente os trabalhadores. Esta moção pretende que esta Assembleia manifeste a sua preocupação. É infeliz alguém que está da AXA a dizer que esta Assembleia que não se deve pronunciar, fica uma situação muito infeliz, sendo este assunto do seu interesse.

Cláudia Teixeira, RM, eu poderia ter omitido que tenho qualquer tipo de ligação a Seguradora, mas por uma questão de transparência e por entender que a transparência tem vindo aqui a ser uma bandeira deste executivo e desta bancada, declaro que sou colaboradora e não trabalhadora.

Foi colocada a votação a Moção do BE - "Solidariedade com os trabalhadores da AXA"

Favor – 5 (BE- 1; CDU – 2; RM – 2)

Contra – 5 (PS – 2; RM – 1 + 1; PSD - 2)

Abstenções – 9 (RM – 5; PSD – 2; PS – 2)

ACTAS

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, dado a haver um empate na votação e como manda a Lei, o voto de qualidade do Presidente da Mesa é que desempata e como eu votei contra, a moção é rejeitada.

Período da ordem do dia:

Ponto 1 – Apreciação e votação do relatório de Atividades e Contas de 2014

Carlos Velez, Tesoureiro da Junta, para apresentar o Relatório de Atividades e Prestações de Contas 2014.

Perfeito Monteiro, CDU, referiu que com a apresentação do relatório de actividades e prestação de contas, não fazer sentido perguntar a Sr^a Presidente qual é o relacionamento institucional com o Município do Porto, porque a Junta de Freguesia Lordelo e Massarelos diz que tem tido uma saudável relação com o Município na área de atuação. Disse ainda que a requalificação da Alameda Basílio Teles continua por realizar; a escadaria do Bairro da Associação de Moradores de Massarelos continua por realizar; a limpeza do curso de água na Rua dos Moinhos está na mesma; o parque de estacionamento da Rua João Martins continua com o pavimento completamente destruído; a pavimentação das ruas do Bairro do Campo Alegre continuam por fazer e a iluminação de parte deste bairro não funciona, estando às escuras, apenas porque a CMP, não fornece as lâmpadas adequadas para serem substituídas.

António Moutinho, RM, causa-me preocupação como está executada quer a memória descritiva, das várias valências referentes ao nível de prestação de serviços, o baixo nível de execução no orçamento, numa média geral foi de 89%. Nós tínhamos a possibilidade de fazer os necessários orçamentos rectificativos, tantos quantos fossem necessários para que não houvesse uma distorção muito grande entre as receitas e as despesas e o que estava programado. Fico muito admirado se no ano económico as receitas totalizam 1 milhão e setenta e dois mil euros e as despesas um milhão e sessenta e sessenta e sete mil, nós temos um saldo orçamental a volta de 4500 euros e não 332 euros. Outra coisa que me surpreende é um exemplo, e fico muito perplexo com estas contas apresentadas, por exemplo nós programamos no orçamento para 2014 uma previsão de receitas nos canídeos de 7100 euros e a taxa de execução orçamental andou à volta dos 4000 e tal euros de receita. Portanto uma baixa, muito aquém do que estava previsto e se o orçamento de 2015 foi feito em Dezembro e votamos em Dezembro, nós tornamos a por 7100 euros para receitas de canídeos. Ora as previsões das taxas recebidas são referentes aos 24 meses que antecederam a data do orçamento. Na taxa de adesão ao serviço de mediação tínhamos previsto uma receita de 1000 euros para um custo de 4100 euros e só recebemos 20 euros. Isto é um indicador, é dar exemplos e os cães, é muito caricato mas é este estado de fazer



um relatório de ânimo leve. É o que eu ponho em causa, com pouco cuidado em relação as contas.

Casimiro Calisto, CDU, disse que em relação ao plano de atividades e contas a CDU está em desacordo. Um relatório de atividades muito pobre. Do que se fez o que se investiu foi praticamente nada. Referiu que em 18 de dezembro de 2014, soubemos que havia já subsídios concedidos e verificamos agora nas contas, que só uma parte deles é que fora paga. O relatório é muito limitado para uma freguesia tão grande e com tantos problemas. Mais um pormenor detetado nas contas, o espaço comercial que está dentro do cemitério só pagou onze meses, no ano de 2014. A exemplo de outras assembleias perguntou o porquê da Junta não exigir que as rendas fossem actualizadas, conforme contrato. Falou a propósito das participações ainda recebidas da Segurança Social da necessidade, com o acabar do protocolo, de se encontrar resposta para o funcionamento dos equipamentos, Creche, Centro Social da Arrábida e Centro de Convívio de Massarelos. Disse que a CDU vai contra neste ponto.

Luís Osório, PSD, hoje tento ser coerente com o que disse, quando o executivo apresentou o plano de atividades e orçamento. Voltando ao tema da austeridade, com menos receita não podemos fazer investimento. Quando a receita não existe mais vale adiar esse investimento e portanto penso que o orçamento que nos é apresentado é fruto da realidade. Quando não há dinheiro não vale a pena. Podemos ser criativos a fazer algumas iniciativas mas não vamos fazer investimento quando não temos dinheiro. Ponto, acho que isso do passado já nos levou a muitos cenários tristes, não queremos mais disso, e portanto é a realidade que temos é de uma execução orçamental difícil de fazer mas de alguma forma consistente com aquilo que era previsível. Nessa altura foi dito que era um orçamento com pouca imaginação e eventualmente difícil de fazer por ser uma junção de duas freguesias, por ter um tesoureiro que apanhou uma junção e não vinha de trabalho autárquico e na altura fizemos vários avisos, puxar mais pela imaginação e nem sempre o dinheiro é a solução para tudo, basta ser mais criativo. Avisamos na altura do orçamento que havia uma sob orçamentação em alguns pontos e foi esta a nossa avaliação e abstermo-nos com base nesta apreciação genérica. Mais tarde tivemos um orçamento rectificativo e veio de encontro aquilo que esperávamos, qua havia de corrigir, de fazer alterações. Muito do que foi cortado na despesa, foram pagamentos que eram previstos de dívida e investimentos era o sítio onde se podia cortar, pois não se pode cortar nos salários, nos fundos de emergência que cada vez são mais. Vamos nos abster neste ponto.

Carlos Velez, Tesoureiro da Junta, existe uma questão contabilista que é necessário explicar, que tem a ver com um questão pertinente que o Deputado António Cardoso colocou que resulta do saldo da conta de gerência do ano anterior ter transitado com o saldo negativo. Não obstante as dificuldades que vinham de trás, houve um conjunto de situações que vieram de alguma forma "baralhar" todas as contas, não bastava as dificuldades das dívidas e de repente as verbas previstas no S. João já não aparecem, a segurança social vai deixar de dar os apoios, todo um conjunto que não facilitou o trabalho. Foi feita uma contratação de uma contabilista e esta contratação é importante, pois com a sua experiência a nível de contabilidade pública pudemos ter relatórios com outra visibilidade e demonstração. Todo o dinheiro



ACTAS

que tem sido recebido tem sido gasto na freguesia. Mediação efetivamente aproxima-se dos 100% as pessoas que pedem isenção da mediação. Canídeos têm uma questão que esperamos melhorar, é sempre difícil prever esta questão na sua totalidade mas tivemos também uma nova aplicação informática que está aqui a nossa colaboradora a Madalena que muito sofre e muito me pede ajuda para ver se consegue ultrapassar os constrangimentos informáticos que estão a atrapalhar o trabalho. Foi necessário cada freguesia ter um software de contabilidade própria com a União de freguesias. Obviamente podia cada secretaria ter um único e juntou-se por um que não era o que estava em Lordelo e o polo de Lordelo é aquele que tem efetivamente um número elevado de canídeos e licenças de canídeos, Massarelos é residual e foi necessário fazer toda a migração para este novo programa e que não está ainda a funcionar nos melhores moldes. Devidas as dificuldades ainda não se conseguiu chegar a um patamar ideal. Para além disso houve obviamente uma diminuição do número de licenças mas isto é sempre um domínio volátil. É uma previsão. Esperamos com a resolução dos problemas informáticos conseguir uma maior celeridade de resolução das licenças e eventualmente um aumento da verba.

Foi colocado a votação o ponto 1 - Apreciação e votação do relatório de Atividades e Contas de 2014

Favor – 8 (RM- 4; PS – 4)

Contra – 3 (CDU – 2; BE – 1)

Abstenções – 7 (RM – 3; PSD – 4)

Neste ponto da votação estava ausente da sala o Membro da Assembleia, Cláudia Teixeira, a qual não participou na votação.

Ponto 2 – Apreciação e votação do Regulamento para atribuição de subsídios

António Moutinho, RM, só deverão candidatar-se aos subsídios associações com sede na área da Junta de Freguesia de Lordelo e Massarelos, condição sine qua non para ter o apoio.

Luís Osório, PSD, duas notas em relação a este regulamento: importância de haver um regulamento e tentar encontrar um melhor e mais justo regulamento, mas continuo a ter algumas dúvidas e era importante corrigir ou esclarecer. Se é um regulamento de subsídios ou de apoios, porque na primeira página temos regulamento para atribuição de subsídios, mas depois no ponto três diz que só poderão candidatar-se aos apoios da Junta de Freguesia e portanto uma grande confusão. No meu entender os subsídios tem regras próprias, um conjunto de documentos necessários e qua a Junta atribui esse subsídio em dinheiro ou aquilo que entender e depois existem



os apoios pontuais, como ceder uma carrinha, tirar fotocópias e misturar as duas coisas e condicionar o apoio conforme a alínea 3, no meu entender os apoios deviam estar fora. Distinguir melhor o que é subsídios e o que são apoios.

Perfeito Monteiro, CDU, disse que finalmente parece que foi concluído o regulamento para atribuição de subsídios. Foi de opinião que oito meses para a sua elaboração foram excessivos. Na apreciação global disse, que no entender da CDU este regulamento podia ser mais simplificado, sem prejuízo do acompanhamento que a Junta deve fazer após qualquer ajuda ou subsídio. Deveria incluir as Instituições humanitárias que por opção do Executivo não foram contempladas neste regulamento, com o argumento de que estas instituições não são comparáveis e têm outras responsabilidades. Disse ainda que em conformidade com o que afirmamos de deixar uma recomendação à Sra. Presidente. Nunca se deixe influenciar pela grandeza das coisas. Relembro que a Junta de Freguesia de Massarelos, tendo-se transformado numa Instituição humanitária por força das circunstâncias, representando nesta área o Estado, tido por pessoa de bem, acabou por não cumprir as suas obrigações e deveres para com os seus trabalhadores, não pagando os descontos para a segurança social e ADSE, durante alguns anos.

Susana Salbany, BE, em relação a este documento é de valorizar a preocupação do Executivo, transparência, com o envolvimento das colectividades na vida da Freguesia, mas reforço que elas não foram ouvidas na realização deste documento. Este documento deve sair desta Assembleia, deve reger aquilo que são os critérios, segundo os quais a Junta de Freguesia irá atribuir estes subsídios, mas entendo que as colectividades não devem assumir este regulamento como encerrado, porque a partir do momento que passe a ser utilizado terão algo a dizer sobre a sua melhoria. Nós entendemos que está ausente deste documento, aquilo que é a responsabilidade da própria Junta relativamente ao acompanhamento e a capacitação das organizações locais. Este documento deve servir as associações e não burocratiza-las, pois elas são as forças vivas da Freguesia.

Carlos Velez, Tesoureiro da Junta, quando disse que beneficia as pessoas, queria dizer que devemos menos e a prova está neste orçamento para 2015, possibilita que a Junta possa ajudar mais as pessoas. Este ano aumentamos o fundo de emergência de vinte para trinta mil, criamos o PAPI. Podemos aumentar porque estamos a conseguir regularizar e a Junta ter uma melhor situação financeira beneficia as pessoas.

Mário Praça (RM), em relação ao ponto três nós não nos opomos que se ponha a palavra apoios ou subsídios, o elemento do executivo que hoje não está presente por motivos pessoais, foi o mentor da elaboração deste documento Parece-me que este regulamento seja sempre que necessário alterado e por sugestão de todos e sempre que seja para benefícios de todos, estamos sempre ao dispor.

Casimiro Calisto, CDU, disse ser consensual esta pequena alteração em relação ao ponto três do regulamento. Disse ainda que é melhor existir este regulamento do que não existir, embora a CDU tenha uma discordância referente a discriminação feita as Associações Humanitárias. Lembrou que há necessidade de estar atentos às colectividades pois nem todas possuem as formalizações pedidas, mas funcionam e

ACTAS

precisam pontualmente de apoio. Criticou a metodologia seguida, quanto às reuniões, convocatórias e aprovações deste grupo de trabalho. Lembrou ainda que houve inicialmente neste grupo de trabalho uma proposta de regulamento para o fundo de emergência e depois nunca mais se falou nele.

Luís Osório, PSD, ao aprovarmos este regulamento conforme está e não é a questão da palavra apoio, mas sim a questão de que ao aprovarmos a Junta fica impedida de dar qualquer apoio a qualquer instituição que não cumpra o que está descrito. Todo o apoio técnico logístico, equipamentos, pessoal, sejam solicitados a Junta, esta vai ter de pedir aos candidatos todos os documentos descritos. É mais fácil tirar tudo que seja apoios, fotocópias, cedência da carrinha e outros, tirar dos subsídios e deixar o subsídio ordinário, extraordinário, tudo a que a Lei obriga com a componente de documentação. Os apoios deixar a consideração da Junta de Freguesia e tirar o ponto e do regulamento.

Sofia Maia, Presidente da Junta, concordo com algumas coisas do Deputado Luís Osório e fico surpreendida com o que se passa com o regulamento, porque ficou definido em executivo reunir todos os grupos partidários que estão presentes nesta Assembleia, que fizeram parte de uma comissão do regulamento de atribuição de subsídios e questiono-me o que se passou nessa comissão, estando neste momento com tantas dúvidas. Acima de tudo e para as associações aqui presentes são importantes nós aprovarmos um regulamento para a atribuição de subsídios. Em relação as situações das associações que não correctas legalmente, por diversos factores, já questionamos a CCDD-N uma maneira de os ajudar legalmente, pois não devem ficar penalizados e estamos a espera de resposta. O apoio de subsídios em dinheiro as associações que estejam legalmente, todas as outras associações nós queremos continuar a contribuir e conforme foi dito pelo Tesoureiro, nós não estamos a prejudicar as pessoas pelas dívidas, nem pelo pouco dinheiro. A nível social nós temos estado a aumentar tudo o que pudemos, algumas iniciativas não é por falta de imaginação, mas sim porque não faço certas situações e por novamente a Junta como estava em 2009.

Susana Salbany, BE, em relação a formulação do beneficiar, regularizar as dívidas as pessoas não podem ficar com a sensação de que perder esta regularização e que vem do anterior executivo, é uma situação na qual elas foram prejudicadas. Relativamente as questões dos grupos de líderes ou dos líderes dos grupos políticos, fica a nota de que aquilo que nos é sempre dito nas reuniões, é que elas servem para nós colaborarmos para aquilo que é a construção de medidas, propostas do executivo. Quem está em funções para governação da Freguesia é o executivo, não os grupos políticos e nas reuniões o que nos é dito que aquilo que acontece nas reuniões não retira a discussão que tem de haver na Assembleia. As questões que estão a ser colocadas neste momento, são as questões que nós temos em relação ao documento. Não temos queixas, o Bloco de Esquerda tomou a posição em relação ao documento sem estar a escrever, vírgulas e frases para a resolução do documento. Peço a bem de um funcionamento democrático deste órgão, que as reuniões dos grupos de líderes



para as quais nós nos disponibilizamos a estar no nosso papel de representantes dos cidadãos, não sejam aqui usadas para esvaziar politicamente a discussão que está a ser tida.

Luís Osório, PSD, de acordo com o Bloco de Esquerda que não é muito habitual e gostaria de me pronunciar no sentido do que a colega falou. Fomos chamados para uma primeira reunião e do nosso grupo estiveram duas pessoas e nem entre nós nos entendemos; na segunda reunião não estive presente e ninguém poder estar representativo, não me parece correto dizer que fomos chamados e como não aparecemos e no dia em que é discutido, o elemento responsável por isto não está presente. Todos nós nos esforçamos para estarmos presentes em tudo aquilo que somos convocados e o local para discussão é neste local, com muita pessoas interessadas. Discussão para termos o melhor regulamento possível.

Carlos Velez, Tesoureiro da Junta, necessidade urgente de aprovar o regulamento para que as associações e instituições brevemente vão necessitar desses apoios, os membros do executivo aqui presentes dispõem-se a alterar o artigo 3º, palavra apoio substitui-la pela palavra subsídios e eliminar a alínea e) do ponto 7, deixando assim de existir constrangimentos para esses apoios.

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, com estas alterações efectuadas colocou a votação o ponto 2, em vez de apoios, subsídios e eliminando a aliena e) do ponto 7.

Foi colocado a votação o ponto 2 - Apreciação e votação do Regulamento para atribuição de subsídios

Favor – 16 (RM- 8; PS – 4; 4 - PSD)

Contra – 2 (CDU – 2)

Abstenções – 1 (BE – 1)

Perfeito Monteiro, CDU, pediu a palavra para que não fiquem dúvidas sobre o voto da CDU, pois reconhecendo que é necessário este regulamento aperfeiçoado agora com as questões que foram colocadas. Não podemos aceitar que as Instituições como sejam as humanitárias e as assistenciais não sejam tratadas da mesma forma que as outras. Por isso o nosso voto é contra. Por fazerem diferenças entre as colectividades/associações as humanitárias.

Ponto 3 – Ratificação da proposta de adesão da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos à Anafre

Francisco Tártaro, PSD, para colocar uma questão sobre o custo da adesão à Anafre, para podermos pensar e decidir o que o iremos fazer.



ACTAS

Carlos Velez, Tesoureiro da Junta, esta Freguesia ainda não fazia parte da Anafre e pensamos ser uma mais-valia para a Junta, nomeadamente no auxílio jurídico, na elaboração de projectos, candidaturas. O custo é 0,7% do FFF, que no caso da nossa Freguesia se traduz num custo anual de 1.715.00€ (mil setecentos e quinze euros) que no entanto, o que diz no site da Anafre, fazendo a adesão e sendo aprovada é feita a devida percentagem, ou seja, este ano não pagamos o valor acima referido, mas o correspondente aos meses do ano em que estaremos associados.

Casimiro Calisto, CDU, disse que vamos votar a favor, pois há uma Associação Nacional que independentemente de quem dirige os executivos das Juntas, achou por bem criar esta Associação.

Foi colocado a votação o ponto 3 - Ratificação da proposta de adesão da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos à Anafre.

Contra – 0 (zero)

Favor – 18 (8- RM; 2- CDU; 1- BE; 3- PS; 4- PSD)

Abstenções – 1 (1- PS)

Ponto 4 – Apreciação do Inventário 2015

António Moutinho, RM, não recebi o inventário por mail e como não tive acesso ao documento, gostaria de saber se na Casa da Cultura foi dado baixa do inventário que ardeu.

Sofia Maia, Presidente da Junta, estivemos a espera do relatório da Policia Judiciária, que já chegou, e entretanto no próximo inventário estará actualizado.

Ponto 5 – Boletim Informativo de janeiro a março de 2015

Susana Salbany, BE, em relação ao boletim informativo a informação aos fregueses da Junta, para lembrar outra vez que as Assembleias de Freguesia, assim como as restantes actividades devem ser largamente disseminadas, com ordem de trabalhos e reforçar o acesso a informação em prol da democracia, que no site da Junta ter documentos relativos ao funcionamento da Assembleia, como o regimento.

Francisco Tártaro, PSD, esta questão já foi abordada na última Assembleia, mas como reparei que no boletim informativo a indicação que se tinha realizado a reunião com a APDL, presumo por causa do Cais do Ouro, gostaria de saber o resultado dessa reunião.



António Moutinho, RM, em relação ao relatório gostaria que fosse feita uma emenda ao que está escrito e passo a citar "dando cumprimento aa Lei 75/2013 foi colocada a data de 18 de Setembro e é de 12 de Setembro". Em relação ao que foi dito pela Deputada Susana Salbany, é pertinente que gastando uma soma avultada no site da Junta, que não conste nada sobre a Assembleia de Freguesia e também deveria constar as actividades das reuniões de executivo, nomeadamente aquelas que são públicas, para os fregueses saberem quando há reuniões do executivo, isto por uma questão de transparência. No ano transacto só existiu uma reunião de executivo pública e lamento que no trimestre que estamos a analisar, durante o mês de janeiro o executivo não tenha feito uma única reunião pública. Houve uma ausência de poder, não sei se foi por causa disso, durante 45 dias não houve reuniões (15 de dezembro até 30 de janeiro). Em relação a um evento com o Prof. Adriano Moreira e tive conhecimento que foi uma organização partidária com catering e gostaria de saber quem o pagou, o serviço da Escola Leonardo Coimbra com a presença dos alunos. É um abuso de poder, solicitar uma actividade que é gratuita mas foram usados para um fim partidário.

Sofia Maia, Presidente da Junta, sei que são o órgão fiscalizador, mas não estou habituada a ser fiscalizada todos os dias. Em relação ao evento que houve em janeiro, como sabe eu não estava ao serviço por motivos de saúde e sei que isto foi um evento pago por particulares e não pela Junta, informação dada pela contabilidade. Quanto a Escola Leonardo Coimbra pela informação dada, todos os serviços que possam ser feitos em prol dos meninos, é importante para o Curriculum deles e a Deputada Beatriz, aqui presente pode-me corrigir se eu estiver errada. Quanto ao site tem toda a razão, pois não está o edital e deve ter havido alguma falha pois foram dadas ordens para estar tudo colocado e amanhã iremos resolver todas estas situações em falta. Em relação as reuniões públicas, as pessoas não têm noção o que é o trabalho de uma União e é realmente uma falha do executivo não ter reunido conforme a Lei obriga. Quanto a janeiro, devido a um problema de doença não foi realizada nenhuma reunião pública de executivo.

Carlos Velez, Tesoureiro da Junta, em relação ao projecto Restaurante Pedagógico, os professores que estão a frente deste projecto, pediram que todo e qualquer evento que fosse possível os alunos participarem, agradeciam um convite para fazerem horas e ser certificado o curso aos alunos. Pedia a todos que sempre que houvesse um evento inserir o serviço do Restaurante da Escola Leonardo Coimbra, para acumular horas para a formação pedagógica.

Sofia Maia, Presidente da Junta, em relação a questão colocado pelo Deputado Tártaro, temos tido muitas reuniões com a APDL. Como sabe, quando foi colocada a nova plataforma a ideia era retirar a antiga, conseguimos negociar e para já ficam as duas. Há certas situações que neste momento não posso adiantar, o que posso adiantar é que foi pedido um estudo sobre a situação de segurança a antiga plataforma, para ficar uma plataforma para os pescadores e uma para a Flor do Gás. Está tudo em estudo e temos tido reuniões com a APDL, com uma grande abertura da parte deles e uma compreensão da parte dos pescadores, porque isto leva o seu tempo para que a comunidade piscatória não seja prejudicada.

ACTAS

Casimiro Calisto, CDU, disse em relação a atividade deste trimestre, que ficamos sem perceber se o que foi dito pelo deputado António Cardoso se passou ou não; o executivo sem reunir durante 45 dias e o substituto não ser pro activo como devia. Em relação ao evento apesar de acreditar na generosidade da Junta, se o mesmo foi de cariz partidário a situação é má. Gostaria ainda de perceber se houve ou não um incêndio de grandes proporções que destruiu o arquivo da ADILO. Disse que na última Assembleia foi colocada uma questão sobre a atividade da ADILO, o que ela faz, e pedimos uma sessão de esclarecimento. Em relação ao espaço comercial do cemitério, rendas não serem atualizadas perguntou o porquê disto. Falou ainda das valências como o Centro de Dia, Centro Social e Creche de Vilar e sobre o seu futuro, se irão encerrar e se deixamos de dar apoio. Falou também da falta da iluminação da ligação da Rua de Paulo da Gama-Rua de Sobreiras, apelando ao executivo para que diligencie a sua concretização pela mais-valia que traria, lembrando a proximidade da Pousada da Juventude. Falou ainda sobre a nova rua que está rasgada na Pasteleira pedindo ao executivo que no acompanhamento que deve fazer não esqueça a componente histórica daquele local.

Mário Praça (RM), para comunicar à CDU que não foi uma iniciativa do partido e que o seu Presidente encontrava-se numa reunião com os militantes. Não foi da iniciativa do partido, mas algumas pessoas fazem parte dele e solicitaram a sala. Não houve nenhum benefício em relação ao partido.

Carlos Velez, Tesoureiro da Junta, para responder a pergunta sobre a renda e que em certa altura foi equacionada o aumento da mesma, até porque a Senhora colocou ao executivo, uma proposta sobre melhoramentos, manutenção que envolve alguns gastos e ela propôs prolongar o contrato por mais anos e fazia ela os melhoramentos. Fizemos uma contra proposta, que ela aceitou, manter o contrato conforme estava, ela fazia os melhoramentos por conta dela e nós não aumentávamos a renda. Foi esta decisão que o executivo tomou e a renda não foi aumentada.

Casimiro Calisto, CDU, disse que existem questões de fundo e que tinha uma posição de princípio de estar ao lado das pessoas mais débeis. Disse não perceber esta situação, pois desde 2010 que a renda do espaço comercial do cemitério não é atualizada enquanto há a situação relatada no início desta assembleia pelo Sr. Tomé Meireles.

Sofia Maia, Presidente da Junta, em relação ao incêndio e segundo as informações que possuo dos serviços, existia na Casa da Cultura toda a documentação da extinta Junta de Freguesia de Lordelo desde 1997 a 2013, onde o fogo deflagrou. Em relação a ADILO eu falei com o Sr. Presidente da Assembleia para realizar uma sessão de esclarecimento para apresentação da ADILO. Irão receber convites para no próximo sábado começamos com as comemorações de vinte anos da ADILO e terei todo o gosto em tê-los presentes e a seu tempo será marcada uma sessão de esclarecimento para todas as questões que tenham sobre a ADILO. Em relação as valências espero na próxima sessão de junho, trazer algumas novidades, boas novidades sobre essas



valências que estão a ser debatidas e discutidas com a Segurança Social, para uma melhor alternativa para os nossos equipamentos, desde os idosos as crianças.

Por fim, e não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão e lavrada a presente ata (que se encontra na íntegra na gravação, disponível nos serviços da Secretaria da Junta) que depois de lida e aprovada vai ser assinada pela mesa da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.



Rui P. Rodrigues Cunha
Ana Uiso Castro
